



Congresso quer pacto federativo novo até fim do ano

Comissão de senadores e deputados discutirá pleitos de governadores e projetos de lei em tramitação para propor nova partilha dos tributos entre União, estados e municípios

O Congresso Nacional tem o desafio de redefinir o chamado pacto federativo, que trata da divisão de deveres e receitas entre os entes da Federação. Atualmente, a maior parte dos tributos fica nas mãos da União, enquanto a maior parte dos serviços públicos é

prestada pelos estados e pelos municípios. As ações de segurança pública, por exemplo, são executadas principalmente pelos governadores. De acordo com o senador Romero Jucá, os parlamentares deverão concluir o novo desenho do pacto federativo até dezembro. **4 e 5**

Parlamentares estudarão texto que eleva tributo de bancos **7**

Governo propõe verba extra para três ministérios **3**

CPI do HSBC pode se reunir com investigadores da França **7**

ACONTECEU NO SENADO

Empresas e sindicatos debatem terceirização

O Senado promoveu sessão temática na terça-feira sobre o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra. A proposta, já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado, foi elogiada pelos representantes

das empresas e criticada pela maioria das centrais sindicais. Senadores defenderam mudanças no texto para garantir os direitos dos trabalhadores. Terceirização das atividades-fim das empresas gera polêmica. **8**



Ministro do Trabalho, Manoel Dias (E), e Renan querem alterações no texto

Comissão apura grilagem em assentamento



O senador Hélio José, em nome da Comissão de Direitos Humanos, visitou assentamento rural em São Sebastião, no Distrito Federal, onde uma das assentadas é ameaçada de morte por grileiro. De acordo com o senador, a ação de grileiros impede que as 200 famílias que vivem no local sejam assentadas definitivamente. **6**

Famílias assentadas em área do Distrito Federal participam de reunião com senador e lideranças sociais

MPs do ajuste fiscal devem ser votadas nesta semana

Novas regras para seguro-desemprego, fim do fator previdenciário e mudança nas alíquotas de contribuições sobre importação estão na pauta do Senado. **7**

Congresso analisará vetos presidenciais amanhã

Entre os vetos pendentes da análise dos deputados e senadores, estão os feitos à Lei Geral das Antenas, ao novo Código de Processo Civil e à Lei Orçamentária Anual. **3**

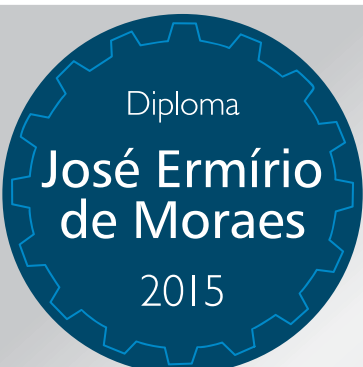
Projeto libera presença de torcida em jogo com portões fechados **6**

Senado faz homenagem ao Grito da Terra pelo 20º aniversário **2**

Para especialista, divisão de trabalho prejudica mulher

Em evento no Senado, debatedores afirmaram que homens precisam assumir mais responsabilidade nas atividades domésticas. **8**

Gláucia Diniz, Natália Fontoura e Fátima de Azevedo falam no Senado sobre dificuldades das mulheres



Um reconhecimento do Senado Federal aos empresários que contribuíram para a economia nacional e o progresso do país

Data: 26 de maio de 2015
Horário: 11h
Local: Plenário do Senado Federal

Agraciados
Albano Franco
Armando Monteiro Filho
Carlos Alberto Sicupira
João Tenório
Nevaldo Rocha
Antônio Ermírio de Moraes (homenagem *in memoriam*)



SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

Mobilização de trabalhadores do campo ocorre anualmente desde 1995. Sessão de homenagem, promovida na sexta-feira no Plenário do Senado, foi proposta pelo senador Donizeti Nogueira



Trabalhadores rurais participam da homenagem do Senado ao Grito da Terra: mobilização organizada pela Contag

Grito da Terra faz 20 anos e ganha homenagem no Senado

OS 20 ANOS do Grito da Terra foram lembrados pelos participantes da sessão especial realizada na sexta-feira pelo Senado. A mobilização, feita desde 1995, está na 21ª edição.

Promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em parceria com outras entidades, o Grito da Terra teve início na segunda-feira. O movimento reúne milhares de pessoas de todo o país, como líderes rurais, agricultores familiares e assalariados rurais, entre outros. O tema de 2015 é “Desenvolvimento rural sustentável com garantia de direitos e soberania alimentar”.

A sessão foi requerida pelo senador Donizeti Nogueira (PT-TO), que, durante o pronunciamento, lembrou o início da sua atuação nos movimentos sociais ligados à terra. O senador disse estar à altura do desafio que enfrenta no Senado e afirmou que o objetivo do PT é emancipar o povo brasileiro.

— Para isso, ele precisa governar, porque nós vamos emancipar o povo brasileiro a cada dia na medida em que reduzirmos as desigualdades sociais. Sem isso, não haverá emancipação. E o povo emancipado certamente saberá planejar melhor o seu futuro — afirmou o senador.

Escravos

O poeta e militante político Hamilton Pereira da Silva, conhecido como Pedro Terra, comemorou o fato de uma sessão do Senado homenagear uma mobilização popular. Para ele, o Brasil tem uma dívida com os trabalhadores rurais, “herdeiros sociais dos escravos”.

Pedro Terra lembrou que os trabalhadores do campo há 20 anos levantam a voz para que a sociedade e o governo os ouçam.

— Digo a vocês que mesmo os governos populares precisam que se grite para que o governo ouça. Portanto, não parem de gritar, não parem de realizar o Grito da Terra Brasil, que tantos benefícios tem trazido não apenas para as classes trabalhadoras do campo, mas para o conjunto do país, para a sociedade brasileira.

O militante disse acreditar que as classes trabalhadoras, “que carregam os germes da transformação social”, não podem permitir a si mesmas o esquecimento do passado.

Na opinião do poeta, quem hoje vai às ruas pedindo a volta dos militares ao poder, por exemplo, não sabe o custo que os anos de ditadura tiveram especialmente para os trabalhadores.

O presidente da Contag, Alberto Hercílio Broch, des-

tacou a pauta do movimento, que, neste ano, traz mais de 170 itens. As reivindicações apresentadas à presidente Dilma Rousseff incluem a ampliação do investimento em políticas públicas estruturantes para superar a pobreza e as desigualdades sociais e ampliar e universalizar os direitos e oportunidades no meio rural.

— Eu digo, sem medo, que em mais de 80% das políticas públicas existentes no campo brasileiro conquistadas a duras penas nestes últimos 20 anos, está, de qualquer forma, a presença do Grito da Terra — afirmou.

Representando o ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário, Rafael Oliveira reafirmou o compromisso do governo federal com a pauta do movimento.

Na sua fala, Oliveira afirmou considerar tanto a atuação da Contag quanto a do Grito da Terra fundamentais para o avanço das políticas no campo.

Para Hélio José, é erro crer que futuro está apenas na cidade

O senador Hélio José (PSD-DF) saudou os participantes do Grito da Terra e classificou de ultrapassada a ideia de que o futuro e o desenvolvimento estão exclusivamente nas cidades. Ele destacou a necessidade de apoio para que o homem do campo permaneça no campo.

Essa necessidade também foi lembrada pela secretária-geral da Contag, Dorenice Flor da Cruz:

— Muitas vezes, os trabalhadores jovens, homens e mulheres, querem continuar no campo, mas não têm condi-

ção. Acabam não tendo opção e saem do campo. Precisamos mudar essa realidade. Queremos ter políticas dignas para continuar no campo.

O vice-presidente da Contag, Willian Clementino Matias, lembrou a necessidade de fortalecer a educação de qualidade no campo para que os jovens não tenham que sair para estudar.

Também participaram da homenagem o deputado Zé Carlos (PT-MA) e o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores, Anderson Amaro.

Comissão debate destinação de verba para ciência e tecnologia

O Senado faz hoje audiência pública para analisar a alocação atual de recursos em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. A audiência, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), começa às 10h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Para o debate, foram convidados representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Universidade de Brasília (UnB), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão. A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a CCT.

No requerimento para a audiência, Cristovam afirma que o encontro tem o objetivo de obter informações sobre como se dá o processo de alocação de recursos na área e entender por que o país não alcançou os níveis internacionais de excelência em ciência, tecnologia e inovação. “O Brasil tem apresentado desempenho aquém do necessário nessa área”, observa o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA	PLENÁRIO Pronunciamentos 14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.	CMO Planejamento 12h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para definição das relatorias, comitês e pauta.
	CCT Recursos para a ciência 10h A comissão faz audiência pública interativa para analisar a alocação atual de recursos em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.	CMO/CAE/CMA Alexandre Tombini 13h30 Audiência conjunta com o presidente do Banco Central para avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetárias, creditícia e cambial.
TERÇA	CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS Debate 19h30 Audiência com representante da Justiça Global, diretoras do Observatório de Favelas e a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	MP 671/2015 Torcidas organizadas 14h Comissão que analisa o programa de modernização e responsabilidade fiscal do futebol realiza audiência pública com representantes de torcidas organizadas.
	CONGRESSO Vetos 19h O Congresso se reúne para analisar vetos presidenciais.	CPI DO HSBC Requerimentos 14h30 A comissão de inquérito se reúne para apreciar 21 requerimentos.
QUARTA	CCT Testes em animais 9h A comissão faz audiência pública interativa para analisar a vedação do uso de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais.	CE Futebol feminino 8h30 Audiência sobre o futebol feminino no Brasil e no mundo, programas de governo e financiamento para o setor.
	CDH Desaparecimento de crianças 9h Audiência pública interativa sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.	CAS Auxílio-doença parental 9h Entre os textos em pauta, a regulação da profissão de instrumentador cirúrgico e o que institui o auxílio-doença parental.
QUINTA	CMA Segurança do consumidor 9h Na pauta, projeto que confere maior segurança às relações de consumo não presenciais.	CDR Incra 9h Na pauta de 13 itens, projeto que suprime a participação do Incra no parcelamento do solo urbano.
	CAE Sabatinas 10h Sabatina de cinco indicados para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. Em seguida, pauta com 12 itens.	CCJ Sabatina 10h Sabatina de indicado pelo Ministério Público Militar para o Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, pauta com 11 itens para análise.
	CE Mangabeira Unger 10h Audiência sobre o tema “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, com o ministro de Assuntos Estratégicos.	CMO Ministro Nelson Barbosa 13h Audiência com o ministro do Planejamento sobre a lei orçamentária de 2016.
	SESSÃO TEMÁTICA Terceirização 11h Senadores fazem sessão no Plenário para discutir o PLC 30/2015, que regulamenta e expande a terceirização no país.	CDH Interrupção da gravidez 9h Audiência sobre sugestão que regula interrupção voluntária da gravidez.
		CE Lúpus 10h Audiência interativa sobre educação e sensibilização para o Dia Internacional de Atenção à Pessoa com Lúpus.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Parlamentares votarão vetos que a presidente fez nos textos da Lei Orçamentária Anual de 2015, do Código de Processo Civil e das regras para fusão de partidos, entre outros

Congresso decide amanhã sobre vetos de Dilma

O CONGRESSO NACIONAL fará amanhã uma sessão para votar cinco vetos presidenciais. Eles recaem sobre temas como a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, o novo Código de Processo Civil (CPC) e as regras recentes para fusão de partidos.

No caso do Orçamento de 2015, por meio do Veto 8/2015, a presidente Dilma Rousseff retirou um dispositivo que tratava dos coeficientes de rateio do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) entre os estados. Criado em 2004, o FEX é repartido por meio de medida provisória após deliberações do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O Executivo argumenta que o tema é matéria estranha às atribuições da LOA.

Ainda na lei orçamentária, Dilma vetou o provimento de cargos e funções previsto para o Banco Central e para a Receita Federal. A alegação é que a prerrogativa de definir sobre a criação de vagas no serviço público é do Executivo.

No caso do novo CPC, aprovado pelo Senado em dezembro, 3 dos 1.072 artigos foram suprimidos, por meio do Veto 5/2015. Entre eles, o que previa a conversão de ações individuais em coletivas para dar mais agilidade à Justiça. A alegação é que a medida pode ser adotada de forma pouco criteriosa.

Houve ainda quatro restrições parciais. Uma delas alterou o artigo 937 para acabar com a possibilidade de sustentação oral por advogado ser admitida em todos os casos de agravo interno (tipo de recurso apresentado junto a tribunais). Dilma alega que a regra contribui para a perda da rapidez processual.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera a aprovação do novo CPC um grande marco na atual legislatura.

— É um documento que reforça as garantias constitucionais do processo, o contraditório, a ampla defesa. É, sem



Senadores durante votação no Plenário do novo Código de Processo Civil, em dezembro: texto sofreu três vetos totais e quatro vetos parciais

dúvida, a mais importante matéria que deliberamos nestes últimos dois anos.

Outro item da pauta é o Veto 6/2015, que recai sobre o projeto que impede a fusão de partidos políticos recém-criados (PLC 4/2015). Aprovado em março, o texto determina um mínimo de cinco anos de existência para que as legendas possam se fundir. O objetivo é evitar a criação de legendas apenas para driblar o instituto da fidelidade partidária.

A presidente Dilma não concordou em estender às legendas formadas após fusão as mesmas garantias dadas aos novos partidos, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos no prazo de 30 dias desde o registro sem que isso acarrete perda do mandato desses novos integrantes.

Parlamentares analisarão mudança na Lei das Antenas

O Congresso analisará ainda o veto total (7/2015) ao PLC 114/2013, que alterava a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir dispositivo sobre campanhas educativas. O governo considerou o condicionamento do repasse de recursos da União para a elaboração de planos estaduais e municipais de resíduos sólidos uma exigência desproporcional, apesar de meritória.

O veto mais recente que está na pauta da sessão é o 9/2015, que retira trechos da Lei Geral das Antenas. Um dos pontos rejeitados dá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o poder de conceder autorização à prestadora de serviço que não conseguir emissão de licença para instalação de torres em área urbana no prazo de 60 dias. Dilma

argumenta que o dispositivo transfere para órgão federal algo que é da competência de estados e municípios.

Outra restrição atinge os artigos que tratam da capacidade das estações. Segundo eles, os limiares de acionamento (responsáveis por indicar a necessidade de expansão da rede para prestação dos serviços) serão estabelecidos em regulamentação específica. Para a presidente, a medida atribuiria ao poder público a definição de parte significativa das estratégias de investimento das empresas.

Dilma não concordou com o trecho que atribui ao poder público os investimentos para agilizar a ampliação de capacidade de redes, pela instalação e substituição de equipamentos. Para ela, isso é responsabilidade das empresas.

Medidas provisórias abrem crédito extra para três ministérios

O governo pretende beneficiar três ministérios com mais verba. A Medida Provisória 674/2015, que autoriza a abertura de crédito extraordinário para as áreas de defesa, integração nacional e desenvolvimento agrário foi lida sexta-feira em Plenário.

Segundo a mensagem da presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Integração ficará com a maior parte: R\$ 546 milhões, que serão usados para socorrer populações vítimas de desastres naturais nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência.

A verba será destinada para comprar cestas básicas e itens de socorro e assistência. Além disso, serão feitas ações de distribuição de água e recuperação de infraestruturas locais avariadas.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário receberá R\$ 243 milhões, destinados ao pagamento de parcelas do benefício do Garantia-Safra 2013-2014 para cerca de 260 mil famílias.

O Executivo explica que grande parte dos municípios na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento



Deslizamento em Salvador: R\$ 546 milhões devem reforçar socorro a vítimas de desastres naturais

do Nordeste (Sudene) apresentou perdas nas culturas. Estima-se que cerca de 80% dos agricultores familiares que aderiram ao Garantia-Safra tiveram perdas superiores a 50% da produção estimada.

Já o crédito para o Ministério da

Defesa permitirá a extensão da Operação São Francisco, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. A operação foi iniciada em abril do ano passado para responder aos ataques às unidades de polícia pacificadoras (UPPs) na favela.

As MPs têm força de lei e prazo

de validade de 60 dias, prorrogáveis uma vez por mais 60. A partir de 45 dias depois da edição, elas entram em regime de urgência para votação, trancando a pauta da Casa em que estiver tramitando.

O calendário de tramitação da MP 674 já foi definido. O prazo para emendas vai até 26 de maio e a partir de 4 de julho começa a trancar a pauta.

Desde 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que todas as MPs editadas pelo Executivo devem ser apreciadas por uma comissão mista cujos integrantes são indicados por líderes partidários. A comissão deve emitir um parecer, que é analisado separadamente pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Se o conteúdo de uma medida provisória for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão. A Câmara dá a palavra final, já que o Senado funciona como Casa revisora. Se a medida provisória for aprovada sem alterações, é promulgada pelo Congresso, sem necessidade de sanção.

Comissão trabalha para redesenhar pacto federativo até o fim do ano

Grupo de senadores e deputados federais foi criado para estudar os projetos de lei que podem resolver o problema da falta de equilíbrio financeiro entre União, estados e prefeituras



ATÉ O FIM do ano, o país deverá ter uma nova configuração do pacto federativo. A previsão foi feita na sexta-feira por Romero Jucá (PMDB-RR), um dos integrantes da comissão instituída pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de identificar propostas e soluções para retirar estados e municípios da crise em que se encontram.

Jucá reconheceu que não é fácil mudar um quadro econômico com essa complexidade, mas afirmou que a comissão — integrada também pelo senador José Serra (PSDB-SP) e pelos deputados federais Danilo Forte (PMDB-CE) e Andre Moura (PSC-SE) — vai trabalhar muito para mudar essa realidade.

O senador destacou o acerto de Renan ao realizar a reunião com os governadores na semana passada e criar o grupo de trabalho

misto, integrado por deputados e senadores. O encontro com os chefes de Executivos estaduais, no Salão Negro do Congresso Nacional, serviu para balizar os problemas enfrentados pelos estados, na avaliação de Jucá.

— A ação do Parlamento não pode restringir-se aos assuntos da União. É necessário ajudar estados e municípios com medidas que corrijam os desequilíbrios — acrescentou.

Ele citou as duas principais diretrizes para o trabalho da comissão: afastar a possibilidade de novos custos, vedando a transferência de encargos para estados e municípios, e criar oportunidades de investimentos nesses entes federativos.

Para atender a primeira diretriz, o senador recomendou a aprovação da PEC 172/2012, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE). A proposta estabelece que a lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços a estados

ou municípios sem a previsão dos repasses financeiros necessários ao custeio.

Desoneração

O caminho para atender a segunda diretriz, no entender do senador, passa pela desoneração de determinadas atividades a cargo de estados e municípios. Com isso, na avaliação dele, seriam criadas oportunidades de investimento mediante parcerias público-privadas (PPPs) e concessões.

Não onerar ainda mais estados e municípios é uma questão fundamental também para o senador José Serra. Segundo ele, esses dois entes federativos “dão conta de mais de 70% dos investimentos governamentais”. — Isso é uma coisa esquecida. Estados e municípios cuidam da educação, da saúde, da segurança e de setores vitais da vida das pessoas.

Para Serra, o entrosamento entre o Senado e a Câmara dos

Deputados no atendimento da pauta federativa é crucial. Segundo ele, há uma série de ações, inclusive na área fiscal, que dependem de mudanças legislativas. Ele citou o caso da contribuição de estados e municípios para o Programa de Integração Social e de Formação do

Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep), que, nos cálculos do senador, retira R\$ 4 bilhões por ano desses entes federativos.

A solução para o problema, de acordo com ele, é a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, de um projeto de lei



Senador José Serra fala no encontro dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, com governadores

do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduz a zero a contribuição para o PIS-Pasep incidente sobre receitas arrecadadas por estados e municípios, inclusive as transferidas pela União. O projeto (PLS 86/2013) já recebeu parecer favorável da CCI.

Outro exemplo citado por Serra é a obrigação das empresas de saneamento de recolherem para os cofres da União R\$ 3 bilhões por ano de PIS-Pasep e de Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A ideia de Serra é permitir que esse dinheiro seja reinvestido obrigatoriamente nos estados e municípios na área de saneamento, “um setor muito carente”.

A medida é prevista no PLS 95/2015, de autoria do próprio Serra, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico. A proposta já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda deliberação da CAE.

Um dos trabalhos da comissão, como informou Jucá, abrange a identificação de propostas já em tramitação no Senado e na Câmara com a finalidade de aperfeiçoar o pacto federativo. Uma delas modifica a Constituição para prorrogar por 40 anos, a partir de 1988, a obrigatoriedade de a União aplicar, dos recursos destinados à irrigação, 20% no Centro-Oeste e 50% no Nordeste, preferencialmente no semiárido.

De autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), essa proposta, que tramita no Senado como PEC 78/2013, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá ser votada em dois turnos pelo Plenário do Senado.

Outro projeto que deverá ter prioridade permite a estados e municípios com perda de arrecadação incidente sobre a exploração de petróleo contratar empréstimos como antecipação de receitas. A excepcionalidade, que livra essas operações dos

limites de endividamento previstos na Resolução 43/2011, é aberta em projeto de resolução do Senado (PRS 15/2015) apresentado pelos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES).

Lei Kandir

Um projeto de repercussão no pacto federativo, já identificado pela comissão, é o que determina à União a entrega aos estados, em parcelas mensais, do montante equivalente às perdas de arrecadação decorrentes das desonerações de exportações de produtos primários e semielaborados (isenções previstas na Lei Complementar 87/1996, a Lei Kandir).

Após receber parecer favorável da CCJ, o PLS 312/2013 — Complementar, de autoria do ex-senador Pedro Simon, está pronto para deliberação no Plenário do Senado. Se aprovado, irá para a Câmara.

O fim da guerra fiscal, objetivo apontado por vários participantes da reunião dos governadores com autoridades do Legislativo, poderá ser obtido com a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Um projeto com essa finalidade (PRS 1/2013) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora, está na pauta



O senador Romero Jucá conversa no Congresso com o governador do Acre, Tião Viana

da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em seguida, irá para a CCJ e o Plenário.

A reforma do ICMS depende também do PLS 130/2014, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que convalida os incentivos fiscais concedidos sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Os incentivos em tais condições estão sendo considerados ilegais pelo Supremo Tribunal Federal.

Após aprovação pelo Senado, esse projeto foi para a Câmara dos Deputados, onde tramita como PLP 54/2015 na Comissão de Finanças e Tributação.

A reforma do ICMS depende ainda de proposta, a ser encaminhada pelo Executivo, instituindo

um fundo de compensação pelas perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais.

Outra proposta identificada pela comissão já foi aprovada pelo Senado. Trata-se do PLC 15/2015, que tramita na Câmara dos Deputados como PLP 37/2015. Do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), o texto torna obrigatória a troca do indexador das dívidas de estados e municípios em 31 de janeiro de 2016.

Uma emenda do Senado a esse projeto incorpora ao texto os termos do PLS 183/2015, de José Serra, que permite aos estados e municípios o uso de até 70% dos depósitos judiciais e administrativos. Agora, os deputados terão de votar as alterações feitas pelos senadores.



Pacientes aguardam atendimento: projeto distribui verbas de acordo com número de habitantes e IDH

Saúde: Senado avalia nova repartição de recursos

O Brasil tem um dos maiores projetos de assistência pública de saúde do mundo. Desde a criação, em 1988, pela Constituição, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido aperfeiçoado, mas ainda hoje nem todos os brasileiros têm acesso fácil à saúde. Uma das razões é o financiamento, tema em debate no Senado.

Para tentar atender os 203 milhões de brasileiros, a rede é dividida. A União coordena, por meio do Ministério da Saúde, os sistemas de saúde de alta complexidade e planeja o sistema em todo o país. As secretarias estaduais gerenciam os hospitais e os hospitais de atendimento complexo, como os responsáveis por transplantes. Os municípios devem garantir os serviços de atenção básica, como postos de saúde. O Distrito Federal acumula as competências estaduais e municipais.

Quem arrecada mais impostos repassa verbas para as outras esferas. Assim, os municípios usam verbas próprias, estaduais e federais. Os estados, recursos próprios e federais. O Ministério da Saúde, apenas o dinheiro próprio.

Para complementar a rede própria,

os governos remuneram a iniciativa privada por serviços prestados. Das interações do SUS, 48% são em leitos privados.

Ano após ano, porém, a União tem investido só o mínimo constitucional: 15% da receita. Os estados e o DF devem destinar 12%. Em 2014, a média ficou em 13%. Os municípios devem investir 15%. Aplicaram em média 21,5%.

Os municípios acabam fazendo esforço financeiro maior que estados e União. É às prefeituras que os cidadãos cobram quando não encontram remédio na farmácia pública ou não são atendidos nos postos de saúde.

Em 2014, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o PLS 189/2014, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que prevê que o repasse de metade dos recursos federais deverá considerar o número de habitantes da localidade e o Índice de Desenvolvimento Humano do município. Também tramita no Senado o PLS 158/2014, de José Pimentel (PT-CE), que proíbe o contingenciamento dos recursos da saúde para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na educação, proposta redistribui responsabilidades

A Constituição de 1988 estabelece que a educação é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que devem atuar em “regime de colaboração” na organização dos sistemas de ensino. A Carta também determina que a União precisa aplicar em educação pelo menos 18% da receita de impostos, enquanto estados, Distrito Federal e municípios devem destinar 25%. Fixa ainda que os municípios são responsáveis principalmente pela educação infantil e ensino fundamental, enquanto os estados devem priorizar a oferta dos ensinos fundamental e médio. A educação superior é atribuição da União.

Até hoje, porém, a repartição de responsabilidades e o regime de colaboração não estão suficientemente regulamentados. A discussão passa, em primeiro lugar, pela distribuição de recursos entre os três níveis de governo. O modelo atual não garante os recursos para que os municípios deem conta das crescentes responsabilidades, especialmente no ensino fundamental. A concentração da arrecadação de im-

postos nas mãos do governo federal e de encargos nas mãos das prefeituras dificulta a melhoria do sistema. A União fica com 57% do total arrecadado no país (25% ficam com os estados e 18% com os municípios), mas contribui com 20% dos gastos em educação. Na oferta de vagas, porém, a situação se inverte: os municípios têm 23 milhões de alunos na educação básica e os estados, 19 milhões. A União, pouco mais de 150 mil.

No Senado tramita, entre outros projetos, o PLS 320/2008 (chamado de “federalização da educação”), que transfere à União a responsabilidade pela educação básica e cria a carreira nacional de professor. A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF), já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aguarda decisão terminativa da Comissão de Educação e Cultura (CE).

Na Câmara, está em análise a proposta de criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional (semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal) para garantir que os gestores cumpram as obrigações de oferta da educação pública.



Custo da educação básica é desafio para estados e municípios, responsáveis por esse nível de ensino



Polícia atua em favela do Rio de Janeiro: segurança pública carece de financiamento

Segurança pública espera definição sobre verbas

A segurança pública é uma das áreas mais afetadas pela não regulamentação do artigo 23 da Constituição, que trata do pacto federativo (acordo que define as competências tributárias dos entes da Federação — União, estados e municípios — e os serviços públicos pelos quais são responsáveis).

Esse vácuo é agravado por outro dispositivo até hoje sem regulamentação: o parágrafo 7º do artigo 144. Ali está escrito que a segurança pública é “dever do Estado” e deve ser exercida pelas Polícias Federal, Rodoviária Federal, civis e militares e pelos corpos de bombeiros. A Constituição envolve na tarefa órgãos federais, estaduais e municipais. Integrar e articular as diversas forças é um dos desafios.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2011 afirmou que a ausência de regras que regulamentem as funções e o relacionamento das polícias federais e estaduais, e mesmo das polícias civis e militares, produz no país um quadro de diversos ordenamentos para a solução de problemas similares de segurança sem conseguir grandes avanços.

A maior parte dos investimentos está nas mãos da União e dos municípios mais ricos. Os estados têm orçamento limitado.

João Capiberibe (PSB-AP) é o primeiro autor da PEC 24/2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. “A ideia é destinar parte dos recursos do ICMS e do IPI e do que é cobrado das empresas de segurança. No IPI e no ICMS, é uma parcela da venda de material bélico e de armas. Será uma parcela de recursos do ICMS e do IPI para ser destinado a esse fundo para que ele possa garantir a segurança do cidadão”.

Outra proposta, a PEC 26/2012, elaborada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), assegura os recursos mínimos nas ações de segurança. A PEC 31/2011, assinada por Aécio Neves (PSDB-MG) e outros, fixa uma compensação financeira, pela União, aos estados e aos municípios nas ações de segurança. O mesmo objetivo tem a PEC 12/2009, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevendo compensações tributárias para incentivar investimentos na área.

Ainda longe da meta de universalizar saneamento

Um dos grandes desafios do Brasil é universalizar o acesso ao saneamento básico. A meta do Plano Nacional de Saneamento Básico é garantir que até 2023 todo o país seja abastecido por água potável e, até 2033, 92% dos esgotos estejam tratados.

É preciso acelerar os trabalhos. A última pesquisa do IBGE sobre o tema, de 2012, mostra que três em cada dez domicílios urbanos não possuem coleta de esgoto e só 38% do esgoto produzido no país era tratado.

Outra pesquisa, divulgada pela Agência Nacional de Águas em 2013, encontrou água de qualidade ruim ou péssima em 44% dos pontos urbanos de coleta no país, contaminada principalmente por esgoto doméstico. Três em cada dez domicílios urbanos ainda não tinham água potável.

União, estados e municípios precisam trabalhar em conjunto. As diretrizes nacionais para saneamento básico foram estabelecidas pela Lei 1.445/2007. Cabe à União definir parâmetros nacionais para prestação do serviço de saneamento. Os estados têm a responsabilidade

de promover a melhoria das condições de saneamento. Compete também aos estados supervisionar e fiscalizar as companhias de saneamento das quais são controladores. Os municípios são responsáveis por elaborar os planos de saneamento básico, organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Em abril, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou um projeto que estimula os prestadores de serviços de saneamento a aumentar o investimento por meio de incentivos fiscais.

O PLS 95/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), concede desconto de créditos de valor apurado a título de PIS-Pasep e de Cofins incidentes sobre o investimento constante de projeto de saneamento. O PLS 348/2014, do ex-senador Vital do Rêgo, propõe isentar as concessionárias e empresas prestadoras de serviços de saneamento dos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins.



Esgoto a céu aberto é realidade em muitos municípios do Brasil: problema difícil de ser superado

Senador esteve em acampamento que abriga 200 famílias em São Sebastião. No local, assentada recebeu ameaça de morte

Hélio José visita assentamento no DF para apurar denúncia de grilagem

O SENADOR HÉLIO José (PSD-DF) foi na sexta-feira a um acampamento de trabalhadores rurais em São Sebastião, uma das regiões administrativas do Distrito Federal, para apurar denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a ação de grileiros no local, que fica numa área pertencente ao governo do Distrito Federal.

O senador afirmou que a diligência foi uma oportunidade de conhecer melhor os problemas enfrentados pelos trabalhadores.

— Essa diligência foi motivada porque havia uma ameaça de morte da coordenadora do assentamento, a senhora Josefa Francisca. Nesse debate pudemos coletar todas as impressões e dar oportunidade de fala para a senhora Josefa, aos membros da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar [Fetraf-DF], da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura [Contag] e do assentamento e a autoridades do Incra e da segurança pública — explicou o senador.

De acordo com as denúncias, a ação de grileiros dificulta o assentamento definitivo das famílias. O acampamento abriga 200 famílias há cinco anos.



O senador Hélio José conversa com famílias instaladas em assentamento no Distrito Federal

Hélio José disse que as terras, de propriedade da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), já foram destinadas à reforma agrária. O senador encaminhará à CDH um relatório com os problemas encontrados no assentamento.

— Um relatório será elaborado esclarecendo a situação real do assentamento, solicitando às autoridades do Distrito Federal que garantam a paz e a ordem para que o assentamento possa ser realizado — afirmou o senador.

Projeto cria alternativa para punir torcidas

Está na pauta de terça-feira da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto que libera a presença de torcedores nos estádios mesmo em partidas disputadas com portões fechados (sem a presença de público), nos casos em que o clube mandante tenha sido punido por algum episódio de violência envolvendo a torcida.

A entrada seria liberada apenas para aqueles que não estejam envolvidos no evento que levou à punição do clube. Brigas e manifestações de racismo ou outra má conduta da torcida dentro e próximo ao estádio são punidas com a proibição do acesso do público a futuras partidas, de acordo com regulamentos de competições ou decisões da Justiça Desportiva e de entidades como a Federação Internacional de Futebol (Fifa), confederações e ligas nacionais.

Para o autor da proposta (PLC 121/2014), deputado Marcelo Matos (PDT-RJ), isso fere o preceito da

Constituição que determina que nenhuma pena pode passar da pessoa do condenado. O objetivo é evitar que o torcedor sofra os efeitos da pena aplicada a confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas ou recreativas, inclusive a quem, de qualquer forma, promove, organiza, coordena ou participa de eventos esportivos.

O projeto altera o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/2003), mas faz ressalva nas hipóteses já previstas na legislação sobre as penas aplicadas às torcidas organizadas. Elas continuam a responder civilmente pelos danos causados por seus associados ou membros, bem como continuam proibidas de comparecimento aos jogos.

A matéria teve voto favorável do relator na CE, senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele ressaltou que a punição chega ao extremo de prejudicar, além dos torcedores do próprio clube, os torcedores do clube adversário, que

ficam impedidos de assistir ao jogo de seu time, mesmo não tendo qualquer relação com episódios de violência praticados em outras ocasiões.

O senador também destacou que os estádios são dotados de mecanismos de monitoramento por imagens, além das câmeras das emissoras de televisão. Portanto, argumenta Alvaro Dias, dificilmente haverá alguma situação em que não se possa verificar, de fato, quem é o autor de eventual infração.

“É necessário que haja rigor na identificação e punição dos verdadeiros envolvidos em atos de violência, evitando-se penalizar torcedores pacíficos cujo intuito único é assistir ao espetáculo esportivo. Por sua vez, a ressalva feita à situação das torcidas organizadas é oportuna e justificável, visto que essas entidades são, em muitas ocasiões, protagonistas de cenas de violência e selvageria que ocorrem nos estádios e em seus arredores”, observou o relator.

Governo tenta “de modo atabalhado” corrigir erros, diz Cristovam

No momento em que o país debate propostas de ajuste fiscal, Cristovam Buarque (PDT-DF) tratou na sexta-feira dos “desajustes” históricos e recentes da vida nacional, com foco nas ações dos governos do PT, que, para ele, detonaram a crise atual. Segundo o senador, o governo petista está tentando “de modo atabalhado” corrigir os erros de suas políticas.

Cristovam citou como exemplo que agora o governo anuncia um corte de despesas R\$ 69 bilhões, além de propor, por meio de medidas provisórias, redução de renúncias fiscais e de benefícios previdenciários e sociais que representam despesas de R\$ 14 bilhões. Porém, ao mesmo tempo, conseguiu autorizar mais R\$ 50 bilhões para o BNDES gastar em subvenções, o que exigirá mais impostos para a despesa.

— Não estamos ajustando o desajuste de forma ajustada. Estamos tentando consertar o desajuste ajustando de forma atabalhada — avaliou.

Sandra: novo ICMS não deve prejudicar Zona Franca de Manaus

Sandra Braga (PMDB-AM) pediu, na sexta-feira, atenção do Congresso para que a mudança das alíquotas do ICMS e o fim da guerra fiscal entre os estados não prejudiquem a Zona Franca de Manaus.

— É preciso prudência quando estiver em jogo a capacidade da zona franca de investir e sobreviver.

Uma das propostas em discussão no Senado (PRS 1/2013) prevê que as alíquotas interestaduais do ICMS, que hoje são de 7% e 12%, sejam reduzidas para 4% em um período de 8 anos, mas há exceções. Na zona franca, por exemplo, ao final da transição a alíquota seria de 7%, para produtos de informática, e de 10%, para os demais.

A senadora pediu que se avalie a perda de competitividade para o setor com a mudança das alíquotas para os produtos de informática. Há risco, disse, de o polo industrial deixar de ser atrativo para os empresários, que poderiam migrar as indústrias para regiões como a China.



Pedro Franco/Agência Senado



Gerardo Magalhães/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado deve votar nesta semana três medidas provisórias do ajuste fiscal

Líder do governo afirma que já há acordo para aprovar a MP 665 e também a 664, incluindo emenda que acaba com o fator previdenciário

ESTA SEMANA NO Senado deve ser decisiva para as medidas de ajuste fiscal propostas pelo governo. Trancam a pauta do Plenário as três medidas provisórias enviadas ao Congresso em abril: a MP 665/2014, que muda as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso; a MP 664/2014, que muda as regras para o direito à pensão por morte e acaba com o fator previdenciário; e a MP 668/2015, que aumenta as alíquotas de contribuições incidentes sobre as importações, o PIS-Pasep-Importação e a Cofins-Importação. Todas precisam ser votadas até 1º de junho, quando perdem a validade.

A primeira MP, transformada no Projeto de Lei de Conversão 3/2015, teve a discussão iniciada na quarta-feira e tem votação prevista para amanhã. Os senadores precisam apreciar 12 pedidos de destaques apresentados ao PLV. Os destaques são de autoria dos senadores Raulo Rodrigues (PSOL-AP), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Paulo Paim (PT-RS), Walter Pinheiro (PT-BA), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A maior parte trata de alterações nas mudanças propostas para o seguro-desemprego. Há ainda emendas pela ma-



Veículos importados em porto paranaense: MP 668 aumenta taxas de importação para dar arrecadação extra ao governo

nutenção das atuais regras de abono salarial e também do seguro-defeso.

O líder do governo na Casa, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse acreditar que não haverá problemas para aprovar a matéria. Um dos acordos já costurados pelo senador é para que a presidente Dilma Rousseff vete o trecho do projeto que muda o valor do pagamento do abono-salarial de um salário mínimo para 1/12 de um salário por mês trabalhado no ano anterior.

— Combinamos todos os encaminhamentos com o governo. A 665 vamos só votar. Fizemos uma avaliação dos impactos do veto e está tudo sob controle. Assim, criamos as condições para aprovar a medida — garantiu o senador. Delcídio reconheceu que a

semana será apertada e que os senadores governistas estão preocupados com o tempo, uma vez que as três MPs vencem na próxima segunda-feira.

Para a MP 664, transformada no Projeto de Lei de Conversão 6/2015, o líder do governo afirmou também já ter acordo. A intenção é aprovar o texto da forma como veio da Câmara, ou seja, com a emenda que incluiu o fim do fator previdenciário.

O PLV muda as regras para o direito à pensão por morte, limitando o seu recebimento pelo cônjuge ou companheiro segundo a expectativa de vida — quanto mais jovem for o cônjuge pensionista, por menos tempo receberá a pensão.

A emenda incluída na Câmara dá ao trabalhador a alternativa, na hora da aposentadoria, de aplicar a chamada

regra 85/95 em vez do fator previdenciário. Pela regra, é possível à mulher se aposentar quando a soma da idade aos 30 anos de contribuição for 85. No caso do homem, a soma da idade aos 35 anos de contribuição deve ser 95. Com esse cálculo, a aposentadoria seria integral em relação ao salário de contribuição.

A terceira MP, a 668, lida no Senado na sexta-feira, aumenta o PIS-Pasep-Importação e a Cofins-Importação. Na regra geral, elas sobem de 1,65% e 7,6% para 2,1% e 9,65%, respectivamente. Com o aumento dos tributos incidentes sobre a importação, o governo quer dar isonomia de tributação perante os produtos nacionais e garantir arrecadação extra. As novas alíquotas estão vigentes desde 1º de maio.

Congresso estuda MP que eleva tributação sobre lucro de bancos

O Congresso começará a analisar nos próximos dias a Medida Provisória 675/2015, que eleva a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos de 15% para 20%. A MP foi publicada pelo governo na sexta-feira. A cobrança entra em vigor em 90 dias. Além dos bancos, o aumento de tributo atinge corretoras, distribuidores, seguradoras, empresas de capitalização e cartão de crédito, entre outras empresas.

Uma MP tem duração de 60 dias e passa a trancar a pauta

da Casa em que se encontrar após 45 dias de sua publicação pelo Executivo. Primeiro, uma comissão formada por deputados e senadores precisa aprovar um parecer sobre a MP. Depois, ela segue para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o Plenário do Senado.

Se a Câmara ou o Senado rejeitar a MP ou se ela perder a eficácia, os parlamentares têm que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos que tenha gerado durante sua vigência.



Pela medida, instituições bancárias passarão a pagar 20% sobre o lucro líquido

CPI do HSBC quer ir à França para aprofundar investigações

O primeiro item da pauta da próxima reunião da CPI do HSBC, marcada para terça-feira, é o requerimento do senador Raulo Rodrigues (PSOL-AP) para uma diligência da comissão à França.

O objetivo é reunir-se com as autoridades daquele país que investigam o caso e com o ex-funcionário do HSBC em Genebra, Hervé Falciani.

Partiu de Falciani o vazamento de 106 mil contas de clientes de 203 países, que passaram a ser investigados por supostas irregularidades. Os depósitos somavam mais de U\$ 100 bilhões, sendo o Brasil o 4º colocado em número de clientes.

— Segundo o que já vazou, tem gente de diversos escândalos de corrupção no meio. Da Operação Lava-Jato, do

metrô de São Paulo, das máfias do INSS, dos caça-níqueis e etc. — lista Raulo.

Segundo o senador, há indícios de que o banco orientaria os correntistas a abrir contas em paraísos fiscais.

— Possivelmente envolve dinheiro sujo e o aprofundamento das investigações pode ajudar a desvendar outros grandes esquemas — acredita.

Há também na pauta requerimentos de quebra do sigilo fiscal de 16 nomes, entre eles o do doleiro Henry Hoyer (investigado pela Lava-Jato), do ex-diretor do metrô paulista Paulo Celso Mano, de duas irmãs do deputado Paulo Maluf, dos empresários Benjamin Steinbruch e Dario Queiroz Galvão e do vereador no Rio de Janeiro Marcelo Arar.

Ana Amélia condena “arrocho” promovido pelo governo federal

Ana Amélia (PP-RS) criticou o ajuste fiscal feito pelo governo e traçou um cenário sombrio da atual gestão da presidente Dilma Rousseff. Segundo ela, o Brasil pintado pela campanha do PT é radicalmente diferente da realidade vivida pelos brasileiros.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

— Era um país bonito, com uma produção cinematográfica encantadora, todo mundo alegre, números maravilhosos. E agora vem em cima do contribuinte, do trabalhador, vem um arrocho. Não é nem um ajuste fiscal. É um arrocho.

Segundo a senadora, o governo não deveria retirar direitos dos trabalhadores, mas “cortar na própria carne”.

— Dos 12 meses do ano, 5 meses do nosso trabalho são para pagar imposto para o governo. E o que o contribuinte recebe em troca? Saúde de qualidade? Não. Segurança de qualidade? Não. Transporte de qualidade? Não. Educação de qualidade? Não. Estamos vivendo um problema sério.

Jucá critica medidas econômicas adotadas pelo Planalto

Apesar de reconhecer a necessidade dos ajustes promovidos pelo governo, Romero Jucá (PMDB-RR) criticou a forma de condução do processo. Para o senador, os ajustes deveriam ter começado com a ampliação dos programas de concessões e das parcerias público-privadas e o fortalecimento da relação com investidores. Só depois deveriam ser discutidos aumento de tributos e mudanças trabalhistas.

— O governo começou cortando ou ajustando ou discutindo ou realinhando alguns direitos, alguns programas sociais, como se fosse a solução para resolver o problema, e não é.

Para Jucá, o Executivo deveria antes ter cortado o valor de contratos de custeio e reduzido o número de ministérios. Em seguida, discutido o aumento de impostos e a repartição do sacrifício com o setor produtivo empresarial. Só então, avaliou, pautaria a questão de cortes ou ajustes em benefícios trabalhistas.

— O governo não pode incentivar a rotatividade do emprego, a baixa produtividade — disse o senador.

Evento organizado no Senado pela Procuradoria Especial da Mulher e pelo Comitê de Igualdade de Gênero debateu soluções para o excesso de atividades domésticas nas mãos das mulheres

Homem deve assumir mais tarefas do lar, diz especialista

O COMPARTILHAMENTO DAS tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos é um nó na igualdade entre homens e mulheres. A afirmação foi feita na sexta-feira pela especialista em políticas públicas do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) Natália Fontoura no debate “Os desafios da maternidade e da paternidade no trabalho”. O evento foi organizado pela Procuradoria Especial da Mulher e pelo Comitê de Igualdade de Gênero do Senado.

— A divisão sexual do trabalho começa muito cedo. A jornada de trabalho remunerada da mulher é menor que a do homem, mas, quando somada aos afazeres domésticos, sua carga de trabalho supera as 60 horas semanais — disse.

Segundo o IBGE, 90% das mulheres declaram se dedicar a tarefas da casa, compromisso assumido por 50% dos homens ouvidos. Quanto ao número de horas empenhadas na missão, as mulheres despontam com 25 horas semanais, enquanto os homens ficam bem atrás, com 11 horas semanais em média.

Outro fato preocupante destacado por Natália é a dedicação de quase seis horas semanais ao trabalho doméstico por 19% das meninas de 5 a 9 anos, exigência também enfrentada por 11% dos meninos nessa idade, que cumprem, em média, cinco horas semanais de serviços em casa. A especialista do Ipea adiantou ainda que a próxima Pesquisa



Natália Fontoura faz explanação durante evento do Projeto Pauta Feminina

Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) deverá inovar a questão ao estabelecer distinção clara entre tarefas domésticas e cuidados com crianças e idosos da família.

Trabalho invisível

A psicóloga Glaucia Diniz, professora da Universidade de Brasília (UnB), concorda que a divisão sexual do trabalho permanece praticamente inalterada:

— A sociedade fica atenta ao trabalho visível e remunerado, enquanto o invisível [no ambiente doméstico] e não remunerado é desvalorizado.

Frente aos desafios da maternidade e da paternidade saudável, a professora da UnB acredita ser necessária uma parceria saudável entre homens e mulheres, que deixe de lado as diferenças de gênero. Ao mesmo tempo, questionou o projeto da maternidade como algo natural a todas as mulheres.

— Será que todas as mulheres querem ser mães? Hoje,

vivemos uma contradição entre a idealização de ser mãe e a culpa [de não ser], que vai impactar na saúde mental das mulheres — advertiu Glaucia.

A questão da responsabilidade compartilhada entre homens e mulheres foi defendida ainda pela pesquisadora Gabriela Azevedo, mestrande da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio):

— Seria necessária a transformação do modelo de cuidados a partir da maternidade para se compreender que essa não é uma tarefa exclusiva da mulher, chamando o homem a assumir sua parcela de responsabilidade.

Para ilustrar a possibilidade de maior participação masculina nos cuidados com os filhos, ela citou uma postagem do blog Turno do Dia em que um pai que trocou o horário de trabalho para cuidar do filho constata que 65% das tarefas realizadas com um bebê podem ser cumpridas por um homem com emprego regular.

Lasier critica “degola” de empregos em estaleiro do Rio Grande do Sul

Lasier Martins (PDT-RS) criticou o anúncio de demissões de trabalhadores de estaleiro contratado pela Petrobras para construir duas plataformas de petróleo em Rio Grande (RS). Segundo o senador, mais de 100 pessoas estão na fila para a “degola” no que era para ser o “próspero e redentor” Polo Naval do Rio Grande.

— É uma cena muito triste. Degolas começam a ocorrer simplesmente porque não houve acordo com a empresa que deveria prosseguir a construção das plataformas de petróleo.

Lasier explicou que faltou acordo sobre o valor de aditivos reivindicados pela empresa CQG/QUIP para a continuação da montagem das duas plataformas. Ele disse que as demissões são desdobramento da crise vivida pela Petrobras desde a abertura de investigações para apurar irregularidades na estatal.

— A CQG/QUIP é controlada pela Queiroz Galvão, envolvida na Lava-Jato. Seguem ruindo os sonhos de gaúchos e particularmente de metade do Rio Grande do Sul em razão do que fizeram com a Petrobras e que repercute no polo naval.



Geraciolo Magalhães/Agência Senado

Jorge Viana pede que governo não aceite mais haitianos clandestinos

Jorge Viana (PT-AC) conclamou na sexta-feira o governo a fazer uma campanha publicitária no Haiti para deixar claro que não aceitará mais a entrada no território nacional de imigrantes clandestinos daquele país.

O senador participou de reunião ontem do governador do Acre, Tião Viana, com autoridades do governo federal. Uma das decisões elogiadas por Viana é a política de ceder 2 mil vistos por mês na embaixada brasileira em Porto Príncipe para interessados em emigrarem.

— O terremoto no Haiti já faz cinco anos e até hoje o governo legaliza a entrada deles aqui com o visto de refugiado ambiental — disse.

Viana adverte que a medida só será bem-sucedida se for acompanhada de ações de combate aos coiotes (que organizam as viagens) e de campanhas de esclarecimento.

Ele destacou que desde o início do fluxo migratório mais de 40 mil haitianos entraram no Brasil pela fronteira acriana. Também elogiou o governo federal por ter assumido parte dos gastos com acolhimento e legalização dos migrantes.



Jonas Pereira/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, coordena a sessão temática

Sessão tem debate de seis horas sobre a terceirização

Senadores e representantes do governo, de entidades patronais e de centrais sindicais participaram, na terça-feira, de sessão temática sobre a terceirização. O PLC 30/2015, que regulamenta o assunto, agrada as empresas e é criticado pelos trabalhadores. Já aprovado na Câmara, tramita no Senado.

NOME DE FACHIN PARA MINISTRO DO STF PASSA EM PLENÁRIO



Marcos Oliveira/Agência Senado

O Plenário aprovou na terça-feira Luiz Edson Fachin para ministro do STF. Foram 52 votos a 27. Fachin foi indicado pela Presidência da República para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa, que se aposentou.

REJEITADA INDICAÇÃO DE DIPLOMATA PARA A OEA

Também na terça-feira, o Plenário decidiu, por 38 votos a 37, rejeitar a indicação do diplomata Guilherme Patriota para a Organização dos Estados Americanos (OEA).

AVANÇA AUMENTO PARA SERVIDORES DO JUDICIÁRIO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na quarta-feira o PLC 28/2015, que estabelece reajuste para os servidores do Poder Judiciário entre 53% e 78,56%. Texto será analisado pelo Plenário.

PRIMEIRO-MINISTRO DA CHINA VISITA CONGRESSO

O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, veio ao Senado na terça-feira e conversou com o presidente Renan Calheiros. Para Keqiang, que assinou 35 acordos de cooperação com o governo brasileiro, a parceria precisa ser também política.



Marcos Oliveira/Agência Senado

INSTALADA COMISSÃO PARA INVESTIGAR O CARF

Na terça-feira, o Senado instalou CPI para apurar denúncias contra o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ataídes Oliveira (PSDB -TO) presidirá comissão.

CPI DAS PRÓTESES TERÁ ACESSO A DADOS DE SUSPEITOS

A CPI aprovou, na quinta-feira, o acesso da comissão de inquérito aos dados bancários, telefônicos e fiscais de médicos, advogados e empresas suspeitos de irregularidades na prescrição e fornecimento de órteses e próteses.

APROVADA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DO PAÍS

Na quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores aprovou o PLS 288/2013, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece nova Lei de Migração para o país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AUMENTA LIMITE DE RECURSOS QUE BNDES PODE EMPRESTAR

Na terça-feira, foi aprovada a MP 663/2014, que aumentou em R\$ 50 bilhões o limite de recursos que o banco poderá emprestar com subvenção da União. Com isso, o limite de investimento do BNDES passa para R\$ 452 bilhões.

CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS FAZ AUDIÊNCIA

Estudo apresentado no debate, na segunda-feira, indica que a cada mil jovens, 3,3 perderão a vida antes de completarem a adolescência. Risco é maior para negros.